
A Leitura Turística Do Espaço Urbano¹

Priscila Gayer²

Universidade de Caxias do Sul – UCS

Resumo

Através de uma compreensão da complexidade do espaço geográfico, busco apresentar a simplicidade da interpretação dos elementos histórico-sociais empregada no Turismo e a visualidade decorrente desta proposta. Para isso, em um primeiro momento, discorro sobre o espaço geográfico com a finalidade de desenvolver uma categoria de análise que abarque a complexidade. Após, busco compreender a concepção de atrativo turístico, acreditando que no seu cerne são valorizadas as cristalizações. Por fim, apresento a forma como o patrimônio tem sido interpretado, evidenciando uma leitura das cristalizações históricas e culturais.

Palavras-chave

Turismo Cultural, Espaço Urbano, História e Cultura

1. Introdução

A motivação para elaboração deste artigo centra-se na hipótese de que a experiência Turística, proporcionada pelos produtos de massa, seria basicamente visual por encontrar-se ligada a uma concepção de atrativo turístico voltada para elementos cristalizados, tanto nos simulacros turísticos quanto nos impressos na paisagem de um determinado espaço – artefatos histórico-culturais geralmente presentes nos monumentos, na arquitetura e no desenho urbano como todo. O espaço a que me refiro especificamente neste artigo seria o urbano. Este recorte é aplicado devida à complexidade e ao grau da paisagem construída que o espaço urbano apresenta em detrimento dos espaços mais naturais como, por exemplo, o rural, as montanhas, os balneários, etc.

O movimento constante da vida ficaria esmaecido na experiência turística devido à focalização das cristalizações culturais das gerações passadas, de seus respectivos tempos históricos, os quais são evidenciados por uma leitura restrita da paisagem, assim como pela

¹ Trabalho apresentado ao GT9 “Espaço Urbano e Turismo de Fronteira” do IV Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL – Caxias do Sul, 7 e 8 de julho de 2006.

² Priscila Gayer é Bacharel em Turismo e discente do programa de Mestrado em Turismo/UCS. priquest@yahoo.com

experiência cultural simulada. Nesse caso, o espaço urbano não seria abordado como um todo complexo, no qual a paisagem é apenas uma instância ou uma possibilidade de interpretação.

O levantamento de tal problemática provém da articulação das observações realizadas a partir de uma concepção de espaço geográfico enquanto uma instância complexa, composta pela dinâmica do movimento presente, pela vida social que nele se inscreve, sendo a paisagem constantemente resignificada e a transformada pela geração presente. Fundamentação que possibilita perceber, principalmente através dos *city tours* dos pacotes turísticos e imagens das folheteria promocionais, que apenas parte do espaço urbano é apresentada como turística.

Acredito que através desse trabalho não chegarei a uma resposta satisfatória, uma vez que não tomo nenhum objeto para análise. No entanto, acredito ser válida esta proposta por apresentar indícios teóricos para futuros aprofundamentos. O foco estará direcionado para a questão da abordagem do espaço urbano empregada pelo Turismo indústria, tendo em vista que o urbano representa um espaço complexificado pela ação humana. Nessa ocasião, o tema referente aos simulacros ficaria para uma outra discussão. Dessa maneira, desenvolvo a seguir o pressuposto-teórico de espaço geográfico complexo, o qual poderá possibilitar uma reflexão em busca de leituras mais abrangentes do urbano. Após, as questões que norteiam a concepção de atrativo turístico serão apresentadas com a finalidade de observar se esses elementos representam de maneira complexa o espaço urbano – o que implica considerar o movimento presente, ou se possibilitam apenas uma leitura paisagística e visual deste. A análise teórica fundamentada pelo conceito de espaço geográfico apresentado acaba tornando-o uma categoria de análise, apesar de conter em si suas próprias categorias analíticas.

2. O Espaço Geográfico.

Início pelo conceito de paisagem e sua abrangência analítica sobre o espaço. Dentre as categorias de análise utilizadas na Geografia para compreender o espaço geográfico, estariam

a paisagem, o território, o lugar e o ambiente. Reconhecendo a dinâmica do espaço geográfico, vale ressaltar que cada categoria contém e está contida nas demais, pois a parte está no todo assim como o todo está nas partes. Portanto, já é possível perceber que utilizar apenas a paisagem como categoria tornaria a análise dos espaços urbanos simplista. Dessa forma, o espaço geográfico pode ser entendido como um elemento recursivo-hologramático. Segundo Suertegaray, cada recorte “ênfatiza uma dimensão da complexidade organizacional do espaço geográfico: o econômico/cultural (na paisagem), o político (no território), a existência objetiva e subjetiva (no lugar) e a transfiguração da natureza (no ambiente)” (SUERTEGARAY, 2001³).

Aprofundando, o conceito de território está relacionado à dominação e apropriação que determinada sociedade estabelece sobre um espaço delimitado e no qual as relações sociais são projetadas. O lugar nos faz pensar a nossa relação com o mundo, já que está relacionado à existência do indivíduo através de um cotidiano compartilhado, tendo como base a relação entre sociedade e espaço para a criação da sua própria identidade (CASTROGIOVANNI, 2004). A natureza é denominada por Milton Santos (1997) como tecnificada, pois o ser humano é capaz de intervir nos processos antigamente ditos naturais, sendo hoje um elemento de transfiguração ao ser possuída pelas pessoas, ganhando uma outra dimensão – técnica. A paisagem, ainda na leitura de Santos, é entendida enquanto a forma nas quais estão as heranças das gerações passadas. Igualmente contida no espaço geográfico, a paisagem difere dele por ser “um sistema material, nessa condição, relativamente imutável, espaço é um sistema de valores, que se transforma permanentemente” (SUERTEGARAY, 2001).

Diante do exposto, fica evidente que a compreensão do espaço urbano deve ir além do olhar sobre sua paisagem. Tomo como fundamentação teórica a abordagem de Castells esplanada por Moesch acerca do espaço:

O Espaço é expressão da sociedade: não é uma fotocópia, é a sociedade em si. As formas e os processos espaciais estão determinados pela dinâmica da estrutura social [...] os processos sociais conformam o espaço a atuar sobre o entorno construído, herdado de estruturas socioespaciais prévias. Com efeito, o espaço é tempo cristalizado [...] o espaço seria o suporte material das práticas sociais, que divide o tempo (CASTELLS *apud* MOESCH, 2000, p. 38).

Nesse contexto, é marcante a questão social presente na construção do espaço geográfico. Tem como fator constitutivo o campo social por ser o lugar onde a vida acontece, abrigando os elementos necessários para o seu desenvolvimento e no qual são projetadas as

3 Documento eletrônico, portanto não está numerado.

utopias e os imaginários, sendo “condição, meio e produto da realização da sociedade” (CARLOS, 2001, p. 11). Considerando a premissa de que o ser humano é um ser histórico, o espaço habitado adquire caráter temporal na medida em que é reproduzido constantemente por meio das diferentes apropriações de cada sociedade.

Esse processo incessante de transformação se materializa através da concretização das relações sociais produtoras do espaço, as quais só são possíveis a partir desse em um período de tempo que determina a duração da ação. Dessa forma, o espaço se apresenta como base material dessas práticas, em cuja materialidade estão contidas as marcas das relações sociais passadas, assim como o dinamismo de cada nova geração (CARLOS, 2001). Seguindo na mesma linha de pensamento, logo reforçando o caráter social, a geografia concebe o espaço como o “resultado das formas como os homens organizam sua vida e suas formas de produção [...] concebendo a natureza como recurso à produção” (SUERTEGARAY, 2001).

Diante destas breves considerações, é perceptível uma relação intrínseca entre espaço, tempo e sociedade: “espaço e tempo aparecem por meio da ação humana em sua indissociabilidade, uma ação que se realiza como modo de apropriação” (CARLOS, 2001, p. 13). A concepção de tempo associado diretamente ao espaço natural estaria submetida às leis universais. Porém, ao relacionar-se ao espaço habitado, onde a paisagem natural é transformada pela ação humana, o tempo adquire sentido através da do ser humano. Portanto, sendo o espaço uma representação da sociedade, torna-se conseqüentemente histórico por estar submetido a um processo de evolução social incessante que o recria constantemente.

Para compreender a dinâmica entre espaço, tempo e sociedade, inicio pelo conceito de tempo: “relações temporais ligadas ao conceito de movimento e que se referem às posições dos eventos no espaço [...] é a mudança, vivida continuamente pela consciência em sua relação a si e ao mundo” (DESAULNIERS, 1996, p. 320). Segundo Bachelard (*apud* DESAULNIERS, 1996, p. 316) o tempo é determinado, pois sempre nos referimos a um conjunto de instantes, classificando o tempo como concepção e não conceito. No entanto, vale ressaltar que o tempo implica um movimento, fazendo com que a matéria não cesse seu processo evolucionário (GRIMALDI *apud* DESAULNIERS, 1996), transformando-se na própria realidade na medida em que se materializa no ser humano e, por conseguinte, no espaço, já que esse é a expressão da sociedade: “somos constituídos no e com o tempo, ao ponto não existirmos sem ou fora do tempo, assim como o tempo não existe senão em nós enquanto sua a expressão, a sua materialidade” (DESAULNIERS, 1996, p. 315).

Dentro da perspectiva de movimento, a visão exposta pela geógrafa Dirce Maria

Antunes Suertegaray (2001) torna-se pertinente. Segundo a autora, a geografia adota o tempo expresso no espaço geográfico como espiral, o qual engloba a conceitualização seqüencial, linear, como sucessão de fatos no espaço de Kant (seta-evolução) e a abordagem estável dos ciclos, em que os fatos sucessivos voltam ao ponto inicial (SUERTEGARAY, 2001).

o espaço geográfico se forma (no sentido de formação, origem) e se organiza (no sentido de funcionalidade), projetando-se como determinação ou como possibilidade. Esta projeção se faz por avanços (seta) e retornos (ciclo). Neste contexto, o espaço geográfico é a coexistência das formas herdadas (de uma outra funcionalidade), reconstruídas sob uma nova organização com formas novas em construção, ou seja, é a coexistência do passado e do presente ou de um passado reconstituído no presente (SUERTEGARAY, 2001).

Tendo em vista que o espaço geográfico está relacionado ao presente de determinada sociedade por estar submetido a um processo de transformação em curso, uma situação única (SUERTEGARAY, 2001), não é possível compreender a sua complexidade através de fragmentos históricos. Isso porque, mesmo que as práticas sociais que dividem o tempo em concepção (épocas/períodos) estejam materializadas nas formas da paisagem, devido ao fato de o conceito de espaço geográfico implicar um movimento de transformação incessante, um presente, um momento único, ao buscar o seu entendimento essa materialidade não pode ser abordada enquanto uma cristalização, mas sim como um elemento representativo de gerações passadas que ganha uma nova significação a partir das novas apropriações da sociedade em questão.

Nesse sentido, o tempo quando relacionado ao espaço deve considerar o movimento exposto no conceito de Grimaldi, o que vem a ser o de seta-evolução e ciclo. Por outro lado, quando está relacionado à categoria paisagem, pode ser concebido enquanto concepção como coloca Bacharelard. A paisagem contém o tempo cristalizado, materializado a partir das práticas sociais, um tempo que não contém o movimento de transformação em curso e que, portanto, pode referir-se a um tempo determinado. O espaço geográfico trata de um presente em que as práticas ainda estão se formulando, em que o passado expresso nas formas da paisagem é reapropriado. Essas apropriações e as práticas sociais em formulação, no futuro, serão pertencentes à paisagem do espaço geográfico na forma da materialização de determinadas relações sociais que dividiram o tempo (concepção, tempo determinado). Esse período determinado expresso no espaço o transforma em tempo cristalizado, como coloca Castells no conceito adotado no início do trabalho.

Mas isso somente ocorre porque no espaço está contida a paisagem, uma vez que esse não pode ser entendido apenas através da forma, mas sim das apropriações contemporâneas dessas. Em outras palavras, ao mesmo tempo em que o espaço geográfico contém a cristalização,

não pode ser entendido apenas a partir da sua inércia expressa nas formas da paisagem, pois vai além ao expressar um presente social que dá novo significado às formas cristalizadas, componentes da paisagem que compõe o espaço e que se apresentam enquanto condição para que a construção da história (SANTOS, 1979).

Quando examinamos apenas as formas isoladamente, essas representam uma acumulação de tempo (SANTOS, 1979) e não são capazes de possibilitar uma análise da organização espacial e do entendimento do espaço geográfico – “somente a partir da unidade de espaço e tempo, das formas e do seu conteúdo, é que se podem interpretar as diversas modalidades de organização espacial” (SANTOS, 1979, p. 43)

Ainda, no que tange as possíveis compreensões acerca do tempo, a questão cultural é evidenciada por Ferreira (2003), já que para o autor o tempo, enquanto vivência experimentada, está relacionado com a cultura humana, uma vez que sua apreensão está embasada na estrutura simbólica cultural. Essa apropriação do tempo ocorre numa relação dialética quando o tempo é determinado a partir do prisma social e essa determinação interfere na própria sociedade: “o tempo expressa uma estrutura sócio-cultural e porque já foi estruturado socialmente atua enquanto estrutura estruturante do real” (DESAULNIERS, 1996, p. 319). Na reflexão de Moesch sobre do tempo cronológico, também se pode inferir o mesmo tipo de proposição.

Em geral, as sociedades contemporâneas mantêm-se dominadas pela noção *de tempo* cronológico [...] A modernidade pode perceber-se em termos materiais, com domínio do tempo do relógio sobre o espaço e a sociedade. O tempo como repetição da rotina diária, desenraizador, centralizador e universalizador, encontrado no centro do capitalismo (CASTELLS *apud* MOESCH, 2000, p. 39).

Portanto, o tempo e o espaço são apropriados por determinadas sociedades, as quais “produzem, qualitativamente, diferentes concepções de espaço e de tempo” (FERREIRA, 2003, p. 121) sendo as variadas expressões referentes à vivência do tempo constituintes da dialética entre o ser humano e o real – por exemplo, “tempo é dinheiro” na fase capitalista – pois essa relação se desenvolve em um tempo e espaço específicos articulada na base cultural (DESAULNIERS, 1996).

Contemporaneamente, a percepção de tempo requer uma reformulação, ampliando a compreensão das possíveis formas de apreensão devido ao avanço tecnológico na área das comunicações, o qual cria uma nova temporalidade – “esse tempo linear, irreversível, medido e previsível está em pedaços na sociedade de rede, numa reversão histórica de significado extraordinário” (CASTELLS *apud* MOESCH, 2000, p. 39), mas que o aprofundamento da questão não se faz pertinente.

Pelo exposto acima, para compreender a dinâmica do espaço geográfico, o tempo deve

ser adotado como movimento de mudança, materializado no ser humano com o qual estabelece uma relação dialética, apreendido pela condição sociocultural e expresso a partir da realização de determinada sociedade no espaço, o qual é reproduzido constantemente de acordo com o processo de evolução em curso.

O espaço deve ser visto como um fator de evolução social, portanto, produzido e reproduzido contentemente. O movimento histórico é que constrói o espaço, o que é uma instância da sociedade, portanto, como instância, contém e é contido pelas demais instâncias (CASTROGIOVANNI, 2001, p. 24).

Portanto, nessa mesma perspectiva, entender a matéria sem considerar a categoria tempo resultaria na conservação da matéria e na desconsideração das transformações sociais (DESAULNIERS, 1996), gerando apenas imagens e os simulacros pós-modernos, possibilitando apenas uma abordagem superficial. Por conseguinte, diante das considerações acerca do tempo apresentadas, considerar o tempo enquanto categoria de análise se torna fundamental no entendimento da complexidade de um determinado espaço geográfico, uma vez que o ser humano é um ser histórico e o tempo se materializa através dele no espaço, adquirindo diferentes formas através das variadas apropriações sociais, as quais reformulam o próprio espaço sempre dentro de um processo de transformação incessante.

Entendendo a relação entre espaço e tempo, fica claro que o ponto nodal está na realização da sociedade: “O espaço socialmente construído compreende o conjunto de elementos materiais transformados pelas práticas econômicas, apropriados pelas práticas políticas e construídos em significações pelas práticas cultural-ideológicas” (BARRIOS, 1986, p. 19). Tendo em vista que a instância econômica tende a semelhantes práticas sobre o espaço geográfico – considerando a globalização da economia e o capitalismo como modo de produção predominante, gerando práticas similares como na rotina de trabalho por exemplo – e que a cultura envolve relações de poder (MITCHELL *apud* CORRÊA, 2003), abrangendo parte do caráter político, a análise das práticas culturais deve ser aprofundada com a finalidade de compreendê-la enquanto uma das instâncias produtoras do espaço responsável por sua singularização, principalmente no período pós-moderno, em que a lógica é cultural e está presente em todos sentidos da vida. A natureza pode ser vista enquanto um fator de singularização da paisagem contida no espaço geográfico, no entanto devido a sua condição cada vez mais técnica, sua presença na forma primária é reduzida nos espaços urbanos. Trata-se, portanto, de uma geografia cultural, buscando compreender “a cultura como condição material em que os indivíduos se definem e criam uma identidade que se manifesta por meio

de construções compartilhadas socialmente e expressas espacialmente” (ZANATTA, 2004, p. 1579).

Dentro dessa análise, numa abordagem ampla, a cultura pode ser entendida enquanto “a forma que caracteriza o modo de vida de uma comunidade em seu aspecto global, totalizante” (COELHO, 1999, p. 103). Num sentido mais restrito, a cultura representa

mapas de significados, por meio dos quais o mundo se torna inteligível. As culturas não são simplesmente sistemas de significados e valores que temos em nossas mentes. Tornam-se concretas por intermédio de padrões de organização social. A cultura é o modo pelo qual as relações sociais de um grupo são estruturadas e modeladas: mas são também os modos como aquelas formas são vivenciadas, entendidas e interpretadas (JACKSON *apud* CORRÊA, 2003, p. 158).

Diante dessas conceitualizações, a cultura está relacionada à maneira como a sociedade apropria, vivencia, interpreta e resignifica não somente as formas da paisagem abordadas anteriormente, mas o espaço geográfico como um todo. Principalmente quando o abordamos a partir da noção de lugar, colocando em destaque as características identitárias e envolvendo igualmente fatores imaginários, uma vez que esses podem ser entendidos, nesse caso não como um fator a ser agregado a um produto, mas como algo que envolve cultura e mantém as pessoas de um determinado grupo dentro de mesmo movimento, de uma mesma sintonia – “nada se compreende da cultura caso não aceite que existe uma espécie de ‘algo mais’, uma ultrapassagem, uma superação da cultura. Esse algo mais é algo se tenta captar por meio da noção de imaginário” (MAFFESOLI, 2001, p. 75).

Nesse contexto, é diante da diversidade cultural que os espaços aparentemente parecidos, no sentido funcional dos objetos que o compõe (prédios, centros comerciais, administrativos...), ganham singularidade e diferenciam-se. Nessa linha de pensamento, no momento em que as estruturas materiais são analisadas apenas na sua condição de uso para a prática econômica, que envolve “as ações sociais que tenham por finalidade a produção, a distribuição e o consumo dos meios materiais” (BARRIOS, 1986, p. 3), são vistas sob um prisma que as tornam similares diante da globalização e do modo de produção capitalista presente de forma semelhante nas práticas sociais expressas em diferentes lugares. De contrapartida, por essas estruturas serem detentoras de um significado social local e muitas vezes apresentarem-se como meio de expressão cultural, tornam-se singulares e logo

propiciam a singularidade do espaço geográfico. Trata-se de espaço cuja unicidade se dá a partir da sociedade que ali se desenvolve, sendo o espaço condição base para esse desenvolvimento. Essas questões são evidenciadas a partir da concepção de *fluxos* e *fixos* elaborados por Milton Santos e exposto por Castrogiovanni.

As instâncias móveis das cidades, ou seja, os fluxos, são importantes, pois são eles que dão vida ao fixos [...] os fluxos também interagem, formam resistências, aceleram mudanças, criam expectativas, desconstruem o aparente rígido cenário urbano. [...] A cidade não é apenas um conjunto de elementos observados (fixos) mas o produtos de muitos construtores (CASTROGIOVANNI, 2000, p. 24).

Por fim, fazendo uma última relação entre os elementos produtores do espaço geográfico, o tempo é adotado como uma apropriação cultural materializado no espaço a partir do ser humano, o qual, por ser histórico, implica na cultura o fator temporal na medida em que essa está sempre em constante mudança. Ainda, da mesma forma que a sociedade produz o espaço expressando nele e através dele suas práticas e seu tempo, por ele é produzida – “o espaço influencia também a evolução de outras estruturas e, por isso, torna-se um componente fundamental da totalidade social e de seus movimentos” (SANTOS, 1979, p. 18). Daí já é possível perceber a recursividade dos elementos que se relacionam na produção do espaço geográfico.

Diante das questões acerca da relação estabelecida entre tempo, espaço e sociedade, na análise do Turismo sobre os espaços geográficos utilizados como base para elaboração dos *city tours*, principalmente no caso dos urbanos diante da sua complexidade, deve ser considerado o movimento complexo das instâncias contidas e produtoras do espaço, dentre elas o tempo e a dinâmica sociocultural. A partir da discussão realizada sobre o do espaço geográfico, especificamente o urbano por sua complexidade, apresentarei a seguir a interpretação empregada no Turismo sobre estes espaços ao serem transformados em turístico.

3. Visibilidade: a essência do atrativo turístico

Buscando compreender a visibilidade da experiência proporcionada pelos produtos de massa, direciono a discussão para a formação do conceito de atrativo turístico construído ao longo da história. Encontro na obra *A História do Turismo de Massa* de Marc Boyer (2003) a seguinte observação: o Turismo de massa não representaria uma nova forma de ver o mundo ou usufruir dele, mas sim representaria a difusão, entre as camadas inferiores, das atividades

de lazer praticadas pela elite, as quais passaram a ser imitadas por amplas camadas da população, como uma espécie de “moda” surgida entre as classes privilegiadas: “O Turismo contemporâneo é herdeiro das formas elitistas. Passou-se de um pequeno número às massas sem revolucionar o conteúdo” (BOYER, 2003, p. 31).

Ao mencionar a questão do conteúdo, fica claro que os elementos dignos de serem valorizados e visitados já foram consagrados pela elite e divulgados pelos meios de comunicação de massa, despertando o desejo de consumo no grande público. Conforme desenvolve Marc Boyer, o Turismo influenciou na maneira como a sociedade passou a olhar o mundo: houve uma positivação da montanha, a qual anteriormente era temida e considerada como terrível; a partir do século XVIII os Alpes passam a ser motivo de curiosidade, aventura e emoções fortes (valores que são mantidos no seguimento de Turismo de aventura, de natureza); a elite britânica utilizava o esqui como esporte de diferenciação, valorizando-o (no século XX o esporte continuará sendo um mecanismo de diferenciação, como exemplo cita o surf que nasce na Califórnia e hoje já é uma prática difundida); os lagos eram e ainda são melancólicos; as paisagens, colinas e vales passaram a ser admirados; os belvederes possibilitavam a relação dominante-dominado; a história fora supervalorizada – quanto mais antigo melhor. Houve uma descoberta do corpo a partir da valorização dos balneários. Dessa forma, o teórico apresenta a mudança de olhar ocorrida a partir do século XVIII e que viria a ser a essência do que hoje é considerado como turístico.

Os Guias de Viagem tiveram papel fundamental no processo de transmissão desses valores ao longo da história, uma vez que estes não mudaram quase em nada seu conteúdo - “suas grandes coleções renovam muito pouco as suas escolhas, as suas hierarquias e os seus epítetos” (BOYER, 2003, p. 61). Os guias de viagem apropriaram-se do código romântico, exercendo uma divulgação dessas hierarquias referentes ao que merece ser apreciado. Assim, moldara o olhar do turista sobre o que é turístico através da repetição desse discurso. Os critérios de classificação dependeriam de três esferas, conforme expõe Marc Boyer: dominante-dominado – belvederes e história cristalizada; o charme, o encanto a felicidade; o pitoresco, o autêntico, a raridade - “há dois séculos, os Guias, de tanto copiarem a si mesmos, conseguiram transferir ao Turismo de massa contemporâneo a ideologia romântica: o povo turista de hoje está em busca do exotismo dos privilegiados do século 19” (BOYER, 2003, p.62). Resumidamente, geralmente são os belvederes, os elementos com valor histórico notável e as singularidades alheia, na forma de folclore e espetáculos de autenticidade, que

devem ser contemplados nos roteiros propostos.

Mantendo a discussão sobre o que é considerado como atrativo, através de uma análise da história do Grand Tour realizada por Valéria Salgueiro (2002), é notável uma ligação entre as motivações do século XVIII com os atrativos de massa contemporâneos. Conforme expõe a autora, as experiências turísticas desse período tinham como motivação o culto ao antigo e o desenvolvimento cultural do Grand Tourista – geralmente filhos da aristocracia, mais tarde chegando a abranger a população de classe média. Para esses viajantes, o valor de atração (valor turístico), concentrava-se nos monumentos e ruínas por serem capazes de oferecer um conhecimento sobre o passado histórico da humanidade. Complementando esta percepção, Meneses observa que nos guias escritos pelos viajantes desta mesma época a atração era despertada pelo exótico, pelas diferentes culturas e pela história. Também aponta o período romântico como lugar onde se desenvolveu uma sensibilidade pela memorização do passado.

O Turismo moderno, assim, emerge, também, de um ambiente romântico de descobertas e de construção de valores que buscam memorizar o passado, lembrá-lo, apreendê-lo, guardá-lo. Uma complexa origem histórica – Revolução Industrial, Revolução Francesa, Romantismo – enquadra o Turismo moderno em um contexto que o faz nascer, essencialmente, como um Turismo cultural (MENESES, 2004, p. 39).

Retomando a abordagem de Salgueiro, os destinos mais procurados eram as grandes cidades, por exemplo, Paris, Roma, Veneza, entre outros, os quais têm se mantido na atualidade enquanto destinos clássicos. A contemplação da paisagem natural também se constituía enquanto prática prazerosa, de forma que o visual passa a marcar as experiências turísticas do século XVIII. No entanto, conforme chama atenção Salgueiro, a o desenvolvimento da técnica influencia na forma de olhar.

destacam-se o gosto pela arte e arquitetura dos antigos, o culto à ruína e a valores estéticos sublimes na contemplação da paisagem que acompanhavam o *Grand Tour* — ou *Grand Voyage*, ou *Grosse Reise*, a partir dos quais podemos distinguir a emergência de uma visualidade dessa experiência de viagem dita "clássica", distinta daquela engendrada pelo olhar romântico do século 19 e da que vem se configurando pelo olhar contemporâneo, cheio de tecnologias.

Há ainda outras diferenças que distanciam o Grand Tourista do Turista de Massa, como, por exemplo, a relação lazer/trabalho, a qual não existia para os filhos da aristocracia. No entanto, permanecem instâncias através das quais esses dois viajantes podem ser relacionados numa linha contínua. Esta questão fica evidenciada na conclusão de Salgueiro:

Algo parece unir, porém, o antigo *grand tourist* aos *mass tourists* contemporâneos [...] Referimo-nos às fantasias de qualquer viagem, igualmente projetadas pelo olhar contemporâneo e que, tal como o olhar do turista "clássico", é *um olhar gerador de uma visualidade*. Seus contornos, contudo, ainda não permitem

ser plenamente percebidos, transcendentos dos registros visuais que fazemos com modernas câmeras fotográficas e filmadoras digitais — apontadas ainda hoje para monumentos, paisagens e cenários, com o eterno desejo de reter o tempo e uma vez mais estimuladas pela recorrente nostalgia humana do passado, hoje também globalizada. (2002)

Nesse contexto, tanto Marc Boyer quanto Valéria Salgueiro parecem apontar para um mesmo desfecho. O conteúdo do que é atrativo não teria mudado ao longo do tempo, remanescendo a essência das motivações dos viajantes do século XIII na concepção contemporânea de atrativo turístico trabalhado nos produtos de massa. Tendo em vista que os elementos de uma sociedade cristalizados nos fixos e nas formas da paisagem são valorizados, a visualidade aparece enquanto traço inerente a essa concepção.

4. Interpretação do Tempo e da Cultura através das Cristalizações da Paisagem

Após o resgate das raízes da concepção de atrativo turístico que permeia os produtos de massa contemporâneos, é perceptível que, além da paisagem natural, a paisagem construída historicamente, singularizada pela cultura de cada sociedade, também se constitui em objeto de atração. Considerando esta questão, pretendo chamar a atenção para o modo como o espaço urbano vem sendo abordado: hipoteticamente através de uma leitura limitada à materialidade (desconsiderando o movimento) desta paisagem construída. Nestes casos, Tempo e Cultura são apreendidos de maneira fragmentada - passado e presente são interpretados separadamente, como se estes não estivessem ligados por um movimento contínuo, através do qual ocorrem as transformações socioculturais. A dicotomia entre passado e presente se dá devido a uma leitura do espaço limitada apenas à paisagem, na qual estão expressas as marcas das gerações passadas. Por conseguinte, não abarca o momento atual que só pode ser apreendido numa abordagem complexa do espaço.

Esta interpretação dos atrativos turísticos não fora questionada em decorrência da supervalorização do passado que o conceito social de atrativo turístico carrega desde a época romântica – ruínas, monumentos, o passado, ou seja, a cristalização nos fixos da paisagem. Neste contexto, tempo e cultura são expostos, essencialmente através dos *city tours*, por meio da interpretação do patrimônio material e imaterial. O problema constitui-se na maneira como são interpretados. O Doutor em História José Newton Coelho Meneses aprofunda com proficiência esta questão em *História & Turismo Cultural* (2004).

Segundo o autor, o patrimônio material representaria a construção física e a imaterial as construções mentais, culturais, valorativas e simbólicas. No entanto, observa o teórico, essa dicotomia do conceito de patrimônio apresenta-se como um problema a sua interpretação. Isto porque o universo material medeia os sentidos, valores e significados; logo o patrimônio

apresentaria uma dialógica entre as instâncias materiais e imateriais. Desta forma, a separação desses elementos inter-relacionados impediria uma leitura capaz de apreender a construção da cultura. Para dificultar ainda mais a interpretação histórico-cultural da sociedade exótica que se quer conhecer, a abordagem utilizada no Turismo prioriza um contexto dado, um recorte histórico de um tempo passado. Conta através dos fixos e das marcas deixadas na paisagem períodos históricos, não integrando o presente nestas interpretações. Ou seja, não admite a história sob um processo de construção no qual o presente problematizado representaria o local fundamental para interpretar o passado e, num movimento retrógrado, compreender o próprio presente.

Ainda, desconsiderando o movimento de transformação, a interpretação turística oferece a cultura através dos simulacros, uma vez que tem autenticidade no cerne da concepção de atrativo turístico. O autêntico é, então, tomado de forma engessada, cristalizada, simulada – o outro autêntico, vendido pelo Turismo, talvez nem seja mais o outro na sua condição presente, uma vez que o processo de transformação da cultura é contínuo.

De acordo com Meneses (2004), esta interpretação é precária e a partir dela há uma monumentalização dos eventos (o recorte de um passado dado) e a musealização da experiência. Para o autor o patrimônio é vivo, contém em si a condição histórica de uma sociedade e conseqüentemente o presente no qual o monumento é apropriado, resignificado, ou tem o papel de manter vivo um sentido identitário que se mantém ao longo do tempo. Portanto, a cultura e a história devem ser interpretadas a partir da vivência cotidiana da população que se quer compreender. Logo, a dinâmica da cultura imposta pela sua historicidade deve ser considerada – “pensar o patrimônio social de uma sociedade é pensar a própria sociedade e problematizar sua existência e sua forma de participação na vida” (MENESES, 2004, p.49).

Tendo em vista que o espaço geográfico é o local onde a vida acontece e nele estão expressas não somente a cristalização da vida, mas também o seu movimento presente, a interpretação deste espaço deve considerar as questões expostas acima sobre o tempo e a cultura – o movimento. Ao estar restrita a uma leitura do espaço sob o enfoque da paisagem (cristalização), a experiência turística proposta pelos produtos de massa, não estaria inserida dentro do movimento cotidiano que se desenrola e se expressa no espaço urbano, reconstruindo-o continuamente. Voltada para a paisagem e às cristalizações presentes nos seus fixos, as interpretações que desconsideram tal movimento presente proporcionariam uma experiência visual. Mais especificamente, a visualidade estaria imbricada à interpretação focada apenas nas cristalizações histórico-culturais impressas na paisagem, da qual são concebidos os produtos turísticos.

5. O movimento como atrativo: a temporalidade da cultura numa leitura complexa do espaço geográfico

Realizando os breves encaminhamentos finais, busquei chamar a atenção para o modo como o espaço urbano tem sido interpretado. Falar sobre esta leitura requer pensar a maneira como a história e a cultura têm sido interpretadas pelos profissionais do Turismo, uma vez

que ambos representam instâncias constituintes do espaço geográfico.

O conceito de atrativo turístico privilegia os fixos contidos na paisagem. Ainda, a forma de interpretá-los reforça a cristalização. Neste contexto, os interpretes do espaço, conseqüentemente da história e da cultura de uma dada sociedade, têm desconsiderado que estes mesmos fixos podem representar questões contemporâneas. Passado e presente têm sido separados e a paisagem passou a ser vista como um todo, quando na verdade é parte do espaço complexo. Ou seja, as interpretações tradicionais separam o que deveria ser considerado como uma continuidade: o passado está ligado ao presente, assim como a paisagem (acumulação de tempos) é parte do espaço (presente). Deste modo, o atrativo turístico tem sido formado pelas cristalizações e não pelo movimento, proporcionando uma experiência visual e não uma imersão no cotidiano do outro. A visualidade mantém uma distância, temporal e física, do outro que se quisera encontrar. A experiência turística tem constituído-se mais como uma vitrine através da qual o outro é exposto, de maneira fantasiada, memorialística, cristalizada, e menos uma possibilidade de encontro e entendimento deste outro na sua atualidade.

Referências Bibliográficas

- BARRIOS, Sonia. A Produção do Espaço. In: SOUZA, Maria Adélia A. de; SANTOS, Milton (Orgs.). **A construção do Espaço**. São Paulo: Nobel, 1986. p. 1-24
- BOYER, Marc. **A História do Turismo de Massa**. Bauru: EDUSC, 2003.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Espaço-tempo na Metrópole: a fragmentação da vida cotidiana**. São Paulo: Contexto, 2001.
- CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos. **A Geografia do Espaço turístico, como Construção Complexa da Comunicação**. Porto Alegre: PUCRS, 2004. Tese (Doutorado em Comunicação Social), FAMECOS, PUCRS, 2004.
- CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos. Turismo e Ordenação no espaço urbano. In: _____(Org.). **Turismo Urbano**. São Paulo: Contexto, 2001. p. 23-32.
- COELHO NETO, Teixeira. **Dicionário Crítico de Política Cultural: Cultura e Imaginário**. São Paulo: Iluminuras, 1999.
- DESAULNIERS, Julieta Beatriz Ramos. Tempo: Uma Categoria, Várias Abordagens. **Veritas**. Porto Alegre, v. 41, n. 162, jun. 1996. p. 315-321
- FERREIRA, Alvaro Henrique de Souza. Espaço, Tempo, Ciberespaço: Produzindo Novas Temporalidades e Especialidades. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; LEMOS, Amália Inês Geraiges (Orgs.). **Dilemas Urbanos: Novas Abordagens Sobre a Cidade**. São Paulo: Contexto, 2003. p. 119-128
- MAFFESOLI, Michel. O Imaginário é Uma Realidade. **Revista Famecos**. Porto Alegre: EDIPUCRS, n. 15, ago. 2001. p. 74-81
- MENESES, José Newton Coelho. **História & Turismo Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- MOESCH, Marutschka. **A Produção do Saber Turístico**. São Paulo: Contexto, 2000.
- SALGUEIRO, Valéria. Grand Tour: uma contribuição à história do viajar por prazer e por amor à cultura. **Revista Brasileira de História**. vol.22 no.44 São Paulo 2002
- SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, Milton. **Espaço e Sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1979.
SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. Espaço Geográfico Uno E Múltiplo. **Scripta Nova**: Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Universidad de Barcelona, n. 93, jul. 2001. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn-93.htm>> Acesso em: 21 abr. 2005.
ZANATTA, Beatriz Aparecida. Geografia Humanista e Geografia Cultural. **Fragmentos de Cultura**. Goiânia: UCG, v.14, n.9, set. 2004. p. 1575-1585